

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Com o projeto de lei ora encaminhado à apreciação e deliberação dessa Egrégia Câmara objetiva-se colher a necessária autorização do Poder Legislativo Municipal para a instituição da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia.

Entidade da administração indireta, a Fundação terá a finalidade de promover o desenvolvimento e a manutenção do ensino, o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa aplicada e a prestação de serviços de assessoria e consultoria a órgãos públicos e privados nas áreas de sua atuação, para atendimento às demandas da população e do mercado.

Justifica-se a propositura na medida em que, apesar dos avanços das últimas décadas, o sistema educacional brasileiro não tem conseguido atingir dois importantes objetivos: o de inclusão social e o de redução das desigualdades. Além de elevados índices de repetência e evasão escolar, o país apresenta um dos mais baixos percentuais de matrícula no ensino médio e ensino superior da América Latina.

Entramos na era de rápidos avanços tecnológicos, mas a escolaridade da população brasileira continua não ultrapassando as quatro primeiras séries do ensino fundamental, denotando a existência de 15 milhões de analfabetos adultos. Há dez anos, por exemplo, 38% da PEA eram constituídos por trabalhadores com até a quarta série do antigo primário, sendo que apenas 15,4% desse universo tinham concluído o equivalente ao ensino médio hoje.

Nos anos 90 observou-se uma expansão nos níveis de escolaridade, contudo, a pirâmide educacional no país não foi alterada. Dados do MEC/INEP de 1997 mostram que apenas 5,88% da população brasileira tinham 12 ou mais anos de escolaridade em 1996, e que somente 12% da população com idades entre 18 e 24 anos cursavam o ensino superior, bem abaixo de outros países da América Latina: Argentina, 40%; Chile, 20,6%, Venezuela, 26% e Bolívia, 20,6%.

A situação não é muito diversa quando se trata da educação profissional. Até os anos 90, o sistema existente - constituído pela rede pública e privada, incluindo-se o Sistema S - não só não atendia à demanda do mercado de trabalho como deixava de fora, sistematicamente, os segmentos mais pobres e menos escolarizados da sociedade brasileira.

Por sua vez, a qualificação profissional exigida nos 50, 60 e 70, caracterizada pela baixa especialização técnica, vem se extinguindo. O mundo mudou, e com ele as grandes cidades, que se consolidam cada vez mais como espaços de criatividade, de desenvolvimento tecnológico e de inovação criativa. Investimentos e empregos que articulam estes elementos são o futuro. Para abrigar estes investimentos, sejam eles públicos ou privados, é preciso uma base mínima de formação de recursos humanos e de pesquisa aplicada.

Diante desse quadro, trabalhadores e empresários passaram a defender uma rápida elevação da qualificação do trabalhador, seja como fator de melhoria da qualidade e competitividade do setor produtivo, seja como forma de proteção contra o desemprego.

Contudo, apesar dos esforços, os programas de qualificação pouco contribuíram para melhorar as condições de trabalho e vida dos milhares de trabalhadores desempregados, jovens e adultos. As alterações e as constantes mudanças que marcam o mercado brasileiro revelariam o que já era evidente para os países centrais. Ou seja, embora importantes, o fator educação e qualificação por si só não geram emprego, quando muito contribuem para a inserção e permanência do trabalhador no mercado de trabalho. O novo século não trouxe alterações no comportamento do mercado e o desemprego atinge indiscriminadamente a todos, particularmente aos jovens.

Para enfrentar esses desafios, a Prefeitura de São Paulo lançou o Programa de Desenvolvimento Econômico da Zona Leste. Os objetivos desse Programa são o

desenvolvimento, a inclusão e a geração de empregos. Além da implantação das infra-estruturas necessárias à atração de investimentos, o Programa pretende criar mecanismos que permitam a absorção da população local pelas novas empresas que se instalarão na Zona Leste de São Paulo.

O emprego é o grande desafio. Sabemos que a melhora das taxas de expansão da economia nacional não criará por si só as condições de uma cidade mais dinâmica, sustentável e equilibrada socialmente. É preciso colocar São Paulo e sua metrópole como um espaço privilegiado da nova estratégia de desenvolvimento proposta pelo governo Federal, com foco no resgate da pobreza, através da criação de ocupações de melhor qualidade.

O principal mecanismo de inclusão passa pela Educação. Essa nova estratégia de ensino é, portanto, parte de uma visão mais moderna do crescimento da cidade e do país, um projeto de desenvolvimento regional e urbano que possa distribuir renda, a partir da geração de ocupações de maior qualidade numa economia cada vez mais baseada no conhecimento.

O complexo educacional da zona leste oferecerá ensino técnico e superior em três grandes áreas: Saúde Pública, Tecnologia e Administração.

Como estratégia de manutenção dessas e de outras instituições de ensino, que venham a ser instaladas com a finalidade de promover o ensino e desenvolvimento tecnológico, em sintonia com as políticas e programas da atual gestão do Município para o desenvolvimento metropolitano de São Paulo, está sendo instituída uma fundação municipal, a Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia.

Será uma fundação pública voltada para os grupos sociais sem acesso a este tipo de educação. Gratuidade, ênfase nos cursos noturnos, avaliação seriada na rede pública local estão entre os mecanismos facilitadores do ingresso do jovem das regiões mais distantes e pobres ao ensino técnico e superior.

A Fundação garantirá agilidade na tomada e implantação de decisões, continuidade das ações implementadas e autonomia financeira dentro de seu orçamento, facilitando a geração de receitas próprias, entre outras.

A Fundação prevê, ainda, órgão gestor enxuto e mecanismos de controle e acompanhamento de suas ações. A articulação com a sociedade local, garantida no Conselho Diretor, deve orientar o rumo e a pertinência dos projetos sob sua responsabilidade.

Com a Fundação e sua rede de ensino técnico e superior, o governo municipal cria as bases para a atração de investimentos produtivos na região leste, uma vez que para abrigar esses investimentos faz-se necessária uma base mínima de formação e pesquisa aplicada, além de investimentos públicos permanentes que garantam a oferta de trabalhadores qualificados.

Como deflui do exposto, encontra-se perfeitamente caracterizado o interesse público que ditou a propositura ora encaminhada a Vossa Excelência, interesse que, de resto, preside todas as disposições dela constantes, razão pela qual estou certa de que essa Egrégia Câmara lhe conferirá seu indispensável aval.